



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS V-
COLEGIADO DE HISTÓRIA

CAROLINE SANTOS SILVA

MEMÓRIA E HISTÓRIA DO CENTRO DE APOIO AURÉLIO PIRES-CAP: A
PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA EM SANTO
ANTÔNIO DE JESUS-BA

SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA

2024

CAROLINE SANTOS SILVA

**MEMÓRIA E HISTÓRIA DO CENTRO DE APOIO AURÉLIO PIRES-CAP:
A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA EM
SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA.**

Artigo apresentado como Trabalho de conclusão de Curso de Licenciatura em História, da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas-Campus V.

Orientadora: Profa..Ma. Marluse A. dos Santos Cordeiro

SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA
2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

MEMÓRIA E HISTÓRIA DO CENTRO DE APOIO AURÉLIO PIRES-CAP: A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS- BA.

CAROLINE SANTOS SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de licenciatura em História, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Licenciado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus V, Departamento de Ciências Humanas.

Aprovado em: 13/07/2023

Banca Examinadora:



Profª Ma. Marluse Arapiraca dos Santos Cordeiro- Orientador
Universidade do Estado da Bahia- Campus V



Documento assinado digitalmente
ALINE DAIANE NUNES MASCARENHAS
Data: 16/01/2024 15:03:27-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profª. Dra. Aline Daiane Mascarenhas - Examinador(a)
Universidade do Estado da Bahia- Campus V



Prof. Dr. Ruy D' Oliveira Lima - Examinador(a)
Universidade do Estado da Bahia- Campus V

Santo Antônio de Jesus – BA
2023

**MEMÓRIA E HISTÓRIA DO CENTRO DE APOIO AURÉLIO PIRES-CAP:
A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA EM
SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA**

Caroline Santos Silva¹

RESUMO

Este artigo visou mostrar a Memória e a História da fundação da instituição “CAP: Centro de Apoio Aurélio Pires”, como Centro de referência no oferecimento e atendimento de estudantes, na modalidade da Educação especial e perspectiva inclusiva, na cidade de Santo Antônio de Jesus. Buscou-se evidenciar a importância da instituição na consolidação da educação inclusiva e suas contribuições para a sociedade. Desta forma, inicia-se com o estudo preliminar, dos aspectos históricos da Educação Especial na perspectiva inclusiva, seus marcos legais no século XX e sua lógica de desenvolvimento no Brasil, nesse contexto, aprofundar a Memória e História da instituição CAP é conhecer, seu processo de disputas políticas, sua organicidade e articulações sociais. Conhecer a memória e a história da instituição, abordando as categorias de análise como os aspectos espaciais, em que se refere às abordagens do espaço geográfico, que a escola se situa, o aspecto ‘temporal’, que abrange a fundação, as transformações pelas quais passou, sua trajetória institucional, bem como destacando, a perspectiva ‘intelectual’, em que diz respeito aos saberes, conteúdos, práticas pedagógicas e ao ensino e aprendizagem, tentando compreender a sua importância social, que inclui a capilaridade das suas atividades institucionais e relacionamento com a comunidade. Os aspectos metodológicos adotados foram, a abordagem qualitativa, focando no método bibliográfico, com leitura e análise de várias obras, com autores de referência como (SANTOS,2009; POLLACK, 1992; SASSAK, 1997,1999,2006), o método documental e da história oral, coletando informações, através de observações e entrevistas, com os relatos e testemunhos dos sujeitos, abordando a vivência da sala de aula com estes alunos, no atendimento educacional especializado.

Palavras-chave: Memória; História da Educação; Educação especial; Educação inclusiva.

ABSTRACT

This article aimed to show the Memory and History of the founding of the institution “CAP: Centro de Apoio Aurélio Pires”, as a reference center in offering and serving students, in the form of special education and inclusive perspective, in the city of Santo Antônio de Jesus. We sought to highlight the importance of the institution in consolidating inclusive education and its contributions to society. In this way, it begins with the preliminary study of the historical aspects of Special Education from an inclusive perspective, its legal frameworks in the 20th century and its development logic in Brazil, in this context, deepening the Memory and History of the CAP institution is knowing, its process of political disputes, their organicity and social articulations. Know the memory and history of the institution, approaching the categories of analysis such as the spatial aspects, which refers to the approaches to the geographic space, in which the school is located, the 'temporal' aspect, which covers the foundation, the transformations through which passed, its institutional trajectory, as well as highlighting the 'intellectual' perspective, with regard to knowledge, content, pedagogical practices and teaching and learning, trying to understand its social importance, which includes the capillarity of its institutional activities and relationships with the community. The methodological aspects adopted were the qualitative approach, focusing on the bibliographic method, with reading and analysis of several works, with reference authors such as (SANTOS,2009; POLLACK, 1992; SASSAK, 1997,1999,2006), the documentary method and of oral history,

¹ Aluna do curso Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia -Departamento de Ciências Humanas, UNEB-CAMPUS V.

collecting information, through observations and interviews, with the reports and testimonies of the subjects, addressing the classroom experience with these students, in specialized educational assistance.

Keywords: Memory; History of Education; Special education; Inclusive education.

INTRODUÇÃO

Esse artigo teve como objeto de estudo a História e Memória da Instituição, “Centro de Apoio Pedagógico Companheiro Leão Aurélio Pires- CAP”, sua resistência e consolidação na promoção e desenvolvimento de uma educação especial, numa perspectiva inclusiva, na cidade de Santo Antônio de Jesus-BA.

O interesse em conhecer a História de fundação dessa importante instituição foi de resgatar sua memória no estabelecimento da educação especial e inclusiva, para a consolidação no atendimento de estudantes com deficiências, no âmbito local, possibilitando a educação para à diversidade.

A investigação sobre a Memória da instituição foi suscitada, pela necessidade de buscar a história do Centro de Apoio pedagógico Aurélio Pires em seus acervos e documentação existente.

O estudo justifica-se, pela relevância acadêmica, pelo fato, da investigação ter um significativo caráter de ser inédita, no resgate de registros acerca da sua fundação e no avanço das suas contribuições para a comunidade de Santo Antônio de Jesus, para a sua organização e implementação, no oferecimento da educação especial/ inclusiva.

O Centro de Apoio pedagógico companheiro Leão Aurélio Pires, está atualmente localizado na rua tenente Coronel Bandeira de Melo, N 180, São Benedito, Santo Antônio de Jesus/ BA. O centro tem como objetivo atender alunos especiais que estejam matriculados na modalidade de ensino regular de Santo Antônio de Jesus e também de algumas cidades vizinhas como, Varzedo, Dom Macedo Costa, Nazaré e entre outros. Além de oferecer formações de professores, a fim de proporcionar uma educação de qualidade não só no AEE, mas também no ensino regular, podendo obter através destes professores a inclusão destes alunos em sala de aula.

Tem como área de atendimento; deficiência visual cegueira e baixa visão, atende pessoas surdas, com TEA (transtorno do espectro autista), TGD (Transtorno global do desenvolvimento), Deficiência intelectual e síndrome de Down, altas habilidades e

superdotação. Desta forma, o CAP visa uma educação especial, pensando em uma perspectiva inclusiva, a fim de sanar as barreiras existentes para a educação especial, tentando diminuir o paradigma da exclusão e sua desigualdade social. Alunos que no contraturno estão matriculados no ensino regular. Assim, prestando no turno oposto o atendimento como AEE “Atendimento Educacional Especializado”.

Outra justificativa para o desenvolvimento do estudo é a sua construção como instituição social, através do seu trabalho, que se traduz, na atualidade, no aumento e no crescimento dos índices, nos últimos anos, em SAJ, não só no oferecimento da educação inclusiva infantil, mas também com jovens e adultos, através do diagnóstico tardio. Com isso, a busca pela sua história e memória foi se constituindo uma necessidade de se ter um estudo aprofundado.

Como graduanda de História senti a necessidade de resgatar a história da instituição, com suas memórias. Vale ressaltar que na área da História da Educação, não existe estudos anteriores sobre a Historiografia da instituição e sua contribuição na educação dos deficientes em SAJ.

Dificuldades foram encontradas, na busca da documentação que lastreasse a pesquisa histórica, por isso que foi adotada a história oral, no sentido de preencher possíveis lacunas e inexistência de informações, a respeito das fontes documentais, que reforçam, através de depoimentos orais as contribuições e a riqueza dessa instituição para a sociedade de Santo Antônio de Jesus- BA, conhecendo mais sobre a origem Histórica e a memória dessa instituição, com sua fundação, atuação e desenvolvimento educacional, de referência, em várias deficiências.

Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação, mais intensa, dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais. Tendo em vista que a educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio.

Dessa forma a educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996.

Tem-se a Declaração de Salamanca (1994) como marco e início da caminhada para a Educação Inclusiva. Assim sendo, em 1994, já instaurava a ideia de a inclusão ser um processo

educacional, através do qual todos os alunos, incluído, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular.

A prática da educação inclusiva merece cuidado especial, pois se trata do futuro de pessoas com deficiências e necessidades educacionais singulares. A inclusão deve acontecer para o aluno, facilitando e propiciando os benefícios/avanços, aos alunos da rede regular e a partir das suas formas de intervenção produzir transformações, na vida desses sujeitos.

Através de Salamanca a educação inclusiva vai se tornar reconhecida, após ter proclamado o direito de todos ter uma educação de qualidade, apesar das diferenças existentes entre as pessoas, principalmente para pessoas portadoras de deficiências.

Historicamente, a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial.

O histórico da educação destinada aos estudantes com deficiência foi construído de maneira separada da educação regular considerada “normal”, sendo uma preocupação na construção dessas políticas separar os “normais” dos “anormais”, a segregação foi se tornando uma regra. Somente no início dos anos 2000, a posição do governo brasileiro começa a mudar com a implementação de uma política voltada para “Educação Inclusiva”.

A determinação do Governo Federal em garantir a matrícula dessa população, acompanhado por um atendimento educacional especializado é considerado um marco na mudança de compreensão e de políticas educacionais inclusivas. Outro marco é o Decreto 6.571/2008 que regula o atendimento educacional especializado e assegura recursos para escolas públicas, a fim de implementar e efetivar essas políticas, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (KASSAR, 2011).

Em 2009, o Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação – MEC, estabeleceu a partir da Resolução nº 4, Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

Essas políticas públicas são construídas na perspectiva de inclusão educacional, tendo como horizonte os princípios norteadores dos direitos humanos, promovendo assim uma verdadeira inclusão, na qual, a diferença na sala de aula não é vista como algo negativo, mas valorizada e ampliada. Outro marco legal, que respalda a necessidade de se proporcionar uma escola mais abrangente nas múltiplas características dos estudantes é a própria Constituição Federal de 1988, que no seu artigo 5º garante o direito à igualdade, no artigo 6º instituiu a

educação como um direito fundamental a todos, já no artigo 206º assegura a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino.

Nos últimos 20 anos, políticas públicas educacionais inclusivas têm tornado a sala de aula mais diversa com a presença de alunos deficientes matriculados em diferentes níveis de ensino. Qualquer que seja o espaço que estes alunos estejam inseridos vai está em processo de aprendizagem pois, o aluno não estará aprendendo, somente na sala de aula, mas também em todos os ambientes que tentam contatos com outras pessoas, possibilitando a interação com pessoas que possuem culturas e crenças diferentes.

Com a inclusão dos alunos com deficiência, temos possibilidades de avanços acadêmicos dos alunos denominados normais, pois terão de se tornar mais solidários, acolhedores diante das diferenças. Nesse sentido, a escola está tendo que se renovar, pois a nova política educacional é construída, segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei que abrange as pessoas de todas as classes sociais.

A educação especial em prol da educação inclusiva traz uma perspectiva de desenvolver os sujeitos nos âmbitos culturais, sociais e econômicos, pode ser compreendida como a porta de entrada para outros direitos, na medida em que, instrui e capacita para o exercício pleno da cidadania, podendo conhecer seus direitos e deveres na sociedade, se adentrando cada vez mais em espaços que é de direito de todos os cidadãos.

A história sobre a instituição CAP é de extrema importância, para a própria instituição, poder se compreender, ainda mais sobre a educação especial e de que forma se constituiu como instituição educacional de referência, nessa modalidade. Desta forma, a partir disso surge o problema da pesquisa: Como foi construída a memória e a história da instituição Centro de Apoio Aurélio Pires- CAP para o desenvolvimento de uma educação inclusiva no atendimento da população de Santo Antônio de Jesus-BA?

Por isso, buscou-se preservar a história e a memória, tendo como foco principal a cidade de Santo Antônio de Jesus, onde está localizado a instituição, acolhe estudantes de cidades circunvizinhas, lhe garantindo um reconhecimento educacional e social.

Nesse sentido, destaca-se o objetivo geral do estudo: Compreender através da História e Memória do CAP, a promoção da educação especial de qualidade e inclusiva em prol de uma educação de acolhimento a realidade da diversidade. Dentre os objetivos específicos: Buscar a Historiografia da instituição CAP, refletindo sobre seu desenvolvimento e seus sentidos para a sociedade de Santo Antônio de Jesus-BA; Entender a educação especial, numa perspectiva inclusiva, organizada pela instituição para uma perspectiva inclusiva. Investigar o processo de fundação e sua trajetória institucional; destacar seus saberes, conteúdos, práticas pedagógicas,

o ensino e aprendizagem na educação inclusiva; compreender a sua importância social, a partir das suas atividades institucionais e de relacionamento com a comunidade.

O estudo se divide em 3 partes. Na primeira parte demonstra-se o percurso da pesquisa, destacando os seus aspectos metodológicos.

Na segunda parte do artigo foi apresentado o aporte teórico, com os Marcos legais Internacionais e no Brasil, no século XX, estudos dedicados ao aprofundamento dos aspectos teóricos e conceituais da educação especial/ inclusiva, corroborando para a compreensão da história e atuação das instituições inclusivas.

Na terceira parte do artigo, trouxe a interpretação dos dados da pesquisa histórica, abordando a fundação do CAP e a atuação dos profissionais colaboradores, pais envolvidos e professores em sala de aula em sua rotina de ensino/ aprendizagem dos alunos. Demonstra-se se a educação especial, numa perspectiva da educação inclusiva, falando sobre o cotidiano e ensino- aprendizagem destes alunos, bem como sua importância para o entorno e sociedade local de SAJ. -BA.

Na quarta parte foi demonstrada uma análise e considerações finais, sem ser conclusivas do estudo, porque esse não se esgota com o texto, seguido das referências.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os aspectos metodológicos foram pensados, no sentido de nortear a direção e o tipo de pesquisa para concretizar a realização da historiografia da educação e a memória do processo de fundação da instituição educacional, em destaque.

O texto foi construído a partir da história documental e história oral, onde cada pessoa trouxe a memória de formas distintas, sendo ela de forma positiva ou não, trazendo narrativas diferentes para a pesquisa, enfatizando lembranças de convivência da memória pessoal ou coletiva e as narrativas que foram utilizadas, como um reflexo do vivido e experiência dos sujeitos envolvidos.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (Michael Pollak; 1992, p.204).

Dessa forma o método da História oral, foi acolhido, complementando as informações e possíveis lacunas, dando sentido a pesquisa da História da educação.

É notório pontuar que a utilização da história oral, através da memória é um fator de extrema importância pois, estará resgatando a história de um povo com veracidade dos fatos, através da coleta de informações. Através desta perspectiva, a história oral torna-se um instrumento de coleta de testemunhos, dos relatos e experiências dos sujeitos envolvidos. Professores e pais que desde o início atuaram e acompanharam o processo de mudança, de ensino regular para ensino especializado, na perspectiva de trazer uma narrativa destes colaboradores.

Acolheu-se o método bibliográfico, nas leituras sobre a história e os Marcos legais, do século XX, principalmente a legislação e políticas públicas, acerca da educação inclusiva. O método documental, quando se garimpou, nos acervos de instituições públicas, como: o Arquivo público, a Secretária de Educação do Município e na própria instituição, documentação que subsidiasse a investigação historiográfica.

A partir de uma pesquisa exploratória e uma abordagem qualitativa, pode-se observar e entrevistar o espaço de pesquisa, conhecendo mais sobre o espaço de estudo e entendendo como se dá o processo educativo que acontece na instituição, sendo muito significativo para as famílias, através da história e memória da instituição. Dessa forma buscou-se, através de relatos históricos conhecer e entender sobre a educação especial e como se dá o desenvolvimento de uma educação inclusiva.

De acordo com Menga Ludke e Marli, E.D. A. André, (1986)" a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra, através do trabalho intensivo de campo".

Segundo Menga Ludke e Marli, E.D. A. André (1986)" na medida em que o observador acompanha o lócus, a experiência diária dos sujeitos pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações. É possível perceber a importância da observação para uma pesquisa, pois, a partir da observação irá surgir elementos "não ditos", implícitos, ocultos aos fatos investigados na pesquisa.

A autora afirma que é necessário um estudo de campo, ou seja, uma pesquisa mais detalhada sobre o tema para que tenha um contato direto com o ambiente e com os sujeitos da pesquisa.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E OS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

As primeiras ações voltadas às pessoas com deficiência no Brasil surgem em meados do século XIX com algumas iniciativas realizadas, ainda no período do império, foram indicadas a um grupo de pessoas para as quais foi oportunizado um ensino especializado, para cegos e surdos, na cidade do Rio de Janeiro, pelo Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e pelo Instituto Imperial dos Surdos-Mudos (1856).

Sobre a história da educação é notório pontuar que a história das instituições escolares vai envolver todo um contexto, como funcionários além da estrutura escolar e pensamentos pedagógicos. O estudo sobre instituições escolares torna-se importante pela complexidade no âmbito social, pois a instituição corrobora com os interesses e se apropriam dos sentidos e ideologias, suportes para a manutenção do social.

Nesse panorama educacional de exclusão, já no século XX, os grupos sociais se organizaram e buscaram oferecer assistência, ampliando também às pessoas com deficiência intelectual e física. Esses grupos apresentavam exigências diferenciadas no seu desenvolvimento, sem condições e possibilidade de desenvolvimento e inclusão social.

Essas associações se proliferaram no país, debatendo e reivindicando ações institucionais que levasse a frente uma agenda política de construção de legislações e propostas educacionais e assistencialistas, rompendo com a visão de exclusão desses sujeitos, “Com processo de construção de identidade de grupo, já que a interação com os seus iguais possibilitava o compartilhamento de experiências semelhantes e debates acerca da sua condição social” (BRASIL, 2010, p. 28).

Neste sentido, para SASSAKI (1997) o processo de inclusão da pessoa com deficiência vem enfrentando um processo árduo até chegar na contemporaneidade, sendo eles de: exclusão, segregação institucional, integração e inclusão. O autor ainda pontua que a exclusão foi no período em que as pessoas com deficiências eram ignoradas, rejeitadas, perseguidas e exploradas e mesmo com todos os acontecimentos não existia nenhum tipo de atenção educacional para estas pessoas.

Com isso, logo em seguida surge a fase da segregação institucional onde começam a pensar no desenvolvimento educacional, que muitas vezes eram ofertados por instituições especializadas. Ou seja, a segregação institucional acontece quando passam a separar instituições de crianças especiais e às consideradas “normais”.

A Educação Especial, no território baiano, era assumida por órgãos não-governamentais, como o Instituto de Cegos (1933) e o Instituto de Reabilitação de Deficientes Motores (1956) e fundação do Instituto Pestalozzi (1954).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4.024/61), é preconizado no país o direito à educação para o “excepcional”. Mas, apesar da determinação legal, só em 1962 Entre 1959 e 1962, é fundada a primeira escola no Estado especializada na área da surdez, e (BAHIA, 1976, p. 14).

Mesmo com carências nessa área da Educação Especial, nas décadas de 50 e 60, a Bahia realizou matrículas de alunos com deficiência visual (1959) nas escolas Getúlio Vargas, Marquês de Abrantes e no Instituto Central de Educação Isaías Alves, com atendimento especializado no Instituto de Cegos, no turno contraturno (CRUZ, 2002, p. 22).

A proposta de integração que de acordo com Sasaki (1997), acontece no momento em que passam a distribuir classes especiais em escolas que tinham como a modalidade de ensino regular. Desta forma, estes alunos especiais eram mantidos em salas separadas assim, não iria atrapalhar o ensino.

Logo depois, a proposta de inclusão que é a inserção de alunos que possuem necessidades especiais no ensino regular, nessa fase de adaptação das pessoas com deficiência, pressionou a organização, em 1975, da chamada “Educação Especial” no Estado, foi observado um crescimento dos atendimentos especializados, principalmente nas áreas da surdez, da deficiência intelectual e visual, na criação das classes especiais e do serviço de itinerância.

A lógica das práticas pedagógicas à época, assumiam uma tônica assistencialista e de reabilitação, com respaldo teórico-metodológico nas teorias comportamentais behavioristas e associadas ao modelo médico, que indicava a normalização do sujeito que apresentasse comportamento diferenciado, do padrão de normalidade.

Para que o reconhecimento da pessoa com deficiência tivesse uma maior visibilidade, foi necessário muita luta e resistência da pessoa com deficiência, além de alguns marcos legais e internacionais que foram de fundamental importância, para a construção de um pensamento em prol de uma educação inclusiva.

Na década de 80, que foi uma década que se tornou um marco para pessoas com deficiência passou a ser criada no mundo ocidental o pensamento de uma educação inclusiva em toda sociedade, influenciando a existência de movimentos sociais e práticas políticas essenciais, que afetam o mundo inteiro.

Considerando os marcos internacionais destaca-se em 1989, a realização da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Criança, promovida com atuação de 193 países signatários,

em Nova York, onde confirma a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Assim sendo, esse evento torna-se um marco para a construção da agenda da inclusão, tendo como enfoque importante o ensino que é um direito de todos com gratuidade, qualidade obrigatória, tornando a educação uma prioridade para as crianças.

Os debates vão ficando circunscritos e se aproximando aos direitos fundamentais do homem, quando os movimentos políticos se articulam para criticar o paradigma do modelo social, que assumia que as barreiras sociais impediam a inserção social das pessoas com deficiência.

Nesse ínterim a ONU estabelece o ano de 1981 como o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD)”, suscitando debates mais fundamentados e repercussão, no tocante a inclusão dessa pauta da inclusão das pessoas com deficiência, a partir da institucionalização dos direitos dessa minoria social.

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, no seu Art. 208, no qual o Estado dispõe sobre as garantias da educação em geral, ele assume, no inciso III, “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Foi assim instituída, no âmbito das políticas educacionais, a integração. Este modelo, que até hoje ainda é o mais prevalente em nossos sistemas escolares, visa preparar alunos oriundos das classes e escolas especiais para serem integrados em classes regulares recebendo, na medida de suas necessidades, atendimento paralelo em salas de recursos ou outras modalidades. (BRASIL, 1988).

Outros eventos internacionais vão construir políticas e ações, lastreando o discurso ideológico sobre a Educação Inclusiva. Assim, no ano de 1990, em Jomtien, na Tailândia acontece uma conferência sobre história da educação, afirmando a declaração universal de direitos humanos e reafirmando a importância da oferta de educação de qualidade para todos, além também de está oferecendo uma educação de qualidade, na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990).

Esse documento, de acordo com Gadotti (2004), significou um avanço qualitativo na concepção de educação, a partir do entendimento de que ela deverá estar vinculada às necessidades fundamentais de aprendizagem do sujeito, remetendo, assim, para a defesa de uma escolaridade básica que vai além do processo de alfabetização.

No ano de 1994, aconteceu uma conferência mundial, em Salamanca, sobre educação especial no qual foi promovida pela UNESCO. O país passa a ter uma nova visão sobre a educação especial, tendo novas perspectivas sociais, políticas e econômicas sobre as pessoas

com deficiência garantindo todos os direitos necessários, através de tais legislações, podendo garantir estes direitos, através das leis, rompendo com paradigmas segregacionistas existentes sobre a pessoa com deficiência, para incluir estes alunos na sala de aula.

Logo após, a Conferência de Salamanca, aconteceu um encontro na Guatemala para que pudesse proibir todas as formas de exclusão, às pessoas com deficiências e retirada de seus direitos. Assim, uma tentativa de igualizar as pessoas com deficiência, com as pessoas consideradas “normais”. Deste modo, ecoa e repercute-se essa norma no decreto nº 3,298 de 1999 aponta que:

Art. 1º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 1999)

Por este decreto, entende-se que as pessoas com deficiências passam a adquirir direitos iguais. Por outro lado, entende-se também que na prática, estes direitos, ainda estão longe se serem consolidados, pois a exclusão, seja ela em intuições escolares ou em qualquer outro espaço ainda é gritante. Logo, ainda há muito o que se fazer no que tange a promoção de uma sociedade justa e igualitária.

Dentre as conquistas alcançadas pelas pessoas com deficiência, é possível citar a aprovação em 1999, em Londres da carta para o terceiro milênio a qual visa proteger o direito das pessoas com deficiência e incentivar a conscientização para aqueles que ainda tivesse algum tipo de crítica sobre as pessoas com deficiência. Em junho de 2001, figura a Declaração Internacional de Montreal, no Canadá, onde reconhece a necessidade da educação especial, e seu acesso em alguns meios sociais.

Dando prosseguimento aos acordos firmados no contexto internacional, o Brasil apresenta o Plano Nacional de Educação – PNE –, Lei 10.172/2001, e a sistematização das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB Nº 2 – 2001), logo sancionou a Lei Nº. 10.845/2004, que institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência. Nesse contexto é fundado na Bahia o primeiro Centro de Educação Especial, o Centro de Apoio Pedagógico – CAP, em Feira de Santana, em 2002.

No entanto, somente com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006), cujo acordo o Brasil foi signatário em 2007, a Educação Inclusiva passa a ser assumida de fato pela nação brasileira. Desta forma, o governo brasileiro incorporou o discurso da inclusão às suas políticas públicas oficiais, implantando a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em (2008),

Por outro lado, em 2009, no Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação – MEC, estabeleceu-se a partir da Resolução nº 4, Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Neste aspecto, criou-se a modalidade Educação Especial e o AEE:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2008)

Diante deste artigo, compreende-se que por muito tempo, as pessoas que possuem algum tipo de deficiência têm sofrido, em sua trajetória histórica muito preconceito e desigualdade social, não tendo acesso a uma educação de qualidade que é direito de todos. Acabam não tendo muito conhecimento sobre seus direitos e deveres, pela falta de acesso a uma educação de qualidade, com isso o AEE vem como forma de criar uma maior independência deste aluno no meio social, possibilitando maior autonomia em atividades que são realizadas no cotidiano.

Através dos avanços existentes no Brasil, no que diz respeito a educação inclusiva, surge o AEE, como uma política pública que contribui com a aprendizagem do aluno, através da cooperação do aluno no turno oposto da aula, em unidade regular de ensino. Apesar de todas as leis que regulamentam a educação inclusiva, é necessário ter um olhar voltado para essa educação, na contemporaneidade, ainda existe práticas excludentes e segregacionistas.

Para que o Atendimento educacional especializado acontecesse foi necessário a resolução de decretos que defendiam a educação especial com o AEE. De início a resolução nº 4 de 2009, e o decreto 7.611/11(Brasil, 2011, p.12), em seu artigo,

Art. 4º O Poder Público estimulará o acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, assegurando a dupla matrícula nos termos do art. 9º-A do Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

Através deste decreto o aluno pode ter autonomia de realizar a matrícula na modalidade regular de ensino e também no AEE, se for um Centro de apoio fora da escola que este aluno estuda. Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são alunos que devem frequentar o AEE.

Sobre o atendimento a ser realizado com esse aluno, na Resolução 4/2009, o artigo 5º prevê que o mesmo seja:

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

Para o professor conseguir dar aula em sala de recursos multifuncionais é necessário que tenha uma formação na deficiência de interesse da docência. Com isso, é necessário que tenha conhecimentos da escrita Braille, bem como ensino de língua Brasileira de sinais, entre outros.

Dessa forma o decreto 7.611/11 vai estar defendendo a importância do AEE, nas escolas regulares e nos centros de apoio pedagógico, de acordo com,

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (Brasil; 2011)

Quando falamos em incluir uma pessoa com deficiência, falamos de algo que é direito do deficiente, sabendo que estas pessoas têm os mesmos direitos que as pessoas ditas “normais”, podendo frequentar e ter acesso aos mesmos direitos. Segundo Pereira e Santos:

[...] a educação especial envolve um amplo processo de mudanças para a implantação de sistemas educacionais inclusivos, revertendo as propostas convencionais de criar programas especiais para atender, de forma segregada, alunos com necessidades educacionais especiais e inserindo os gestores públicos e os profissionais da educação na elaboração de políticas para todos, que contemplem a diversidade humana. (PEREIRA; SANTOS, 2009, p. 268)

Ao assumir os princípios da inclusão como marco político, ideológico, social, cultural e pedagógico na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), o Brasil estabeleceu um compromisso na busca de caminhos para garantir o direito de todos à educação. Isso significou, antes de tudo, um pacto com os grupos sociais, historicamente excluídos pela sua condição da deficiência ou por apresentar padrões de comportamento e de aprendizagem diferenciados. Ao mesmo tempo, a assunção desses princípios pelo Brasil significou um chamado à sociedade e aos seus atores sociais num desafio de ressignificar o espaço escolar para que nele comunguem a igualdade de direitos e as diferenças dos seus sujeitos.

Nesse sentido o CAP foi implementado, de acordo a uma política Nacional de educação inclusiva, que se fundamentou nas Diretrizes da Educação Inclusiva para pessoas com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação do Estado da Bahia, preconizado um lastro legal para o desenvolvimento da educação inclusiva e iniciando, a partir desse documento um projeto de inclusão em todo o Estado.

O processo de construção das Diretrizes teve início em 2014, a partir dos anseios dos profissionais diretamente ligados à Educação Especial, que se reuniram, objetivando elaborar um documento capaz de representar a sua prática, o seu cotidiano, para construção de um projeto de escola, orientada pela heterogeneidade das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Alinha-se à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo Ministério da Educação em 2008, regidos também pela Lei Estadual 13.559, de 11 de maio de 2016 (Plano Estadual de Educação - PEE-BA 2016 – 2026) e pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI- Lei Federal nº 13.146/2015).

4 MEMÓRIA DA FUNDAÇÃO E HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO

Fundado em 16 de dezembro de 1992, anteriormente chamado de Núcleo de Assistência aos Deficientes Físicos e intelectuais companheiro Leão Aurélio Pires, tendo o prédio pertencente ao Lions Clube, que é uma prestadora de serviços internacional humanitários, que tem como principal objetivo de prestar serviços para a comunidade, com isso quando houve o convênio com o Governo do Estado passou a ser escola.

O Centro de Apoio pedagógico companheiro Leão Aurélio Pires, está atualmente localizado na rua tenente Coronel Bandeira de Melo, N 180, São Benedito, Santo Antônio de Jesus/ BA, a escola tem como objetivo atender alunos deficientes que estejam matriculados na modalidade de ensino regular de Santo Antônio de Jesus e também de algumas cidades vizinhas como, Varzedo, Dom Macedo Costa, Nazaré, entre outros.

A partir do momento que o CAP, passou a ser escola houve uma necessidade de implementação e melhoramento da estrutura e parte pedagógica, para que atendesse as novas deficiências, além de estar atendendo um público maior, conforme documentos oficiais.

Com a publicação das Diretrizes da Educação Inclusiva para pessoas com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação no Estado da Bahia, constitui um marco orientador, norteando a prática pedagógica dos professores da rede estadual e organizando as estruturas da Secretaria da Educação, fortalecendo um projeto de inclusão do público-alvo da Educação Especial, numa perspectiva inclusiva.

Entende-se por deficiência “uma restrição física, mental ou sensorial de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (Brasil, 2001).

Dentre as deficiências que se apresentam como desafios na escola, destacam-se a física, auditiva, visual, mental e múltipla. Essas deficiências possuem características que são observadas na inclusão escolar para que o aluno prospere com sucesso na escola.

Baseado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, formulada pelo MEC em 2008, baseado também pela Lei Estadual 13.559, de 11 de maio de 2016 (Plano Estadual de Educação - PEE-BA 2016 – 2026) e pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI- Lei Federal nº 13.146/2015).

Além de oferecer formações de professores, a fim de proporcionar uma educação de qualidade não só no AEE, mas também no ensino regular, o CAP promove a inclusão de uma variedade de alunos em sala de aula, tendo como deficiências e área de atendimento; deficiência visual cegueira e baixa visão, deficiência intelectual e síndrome de Down, surdez, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Desta forma, o CAP visa uma educação especial, pensando em uma perspectiva inclusiva, a fim de sanar as barreiras existentes para a educação especial tentando diminuir os paradigmas da desigualdade social.

A deficiência auditiva é a perda parcial ou total da audição, causada por má-formação (causa genética), lesão na orelha ou nas estruturas que compõem o aparelho auditivo. Assim como, a deficiência visual envolve a cegueira, a baixa visão e o daltonismo, sendo que esses

níveis de deficiência são classificados como cegos, parcialmente cegos e com daltonismo. Para incluir pessoas com deficiência visual na sala de aula de ensino regular, deve haver um intérprete de braille para realizar atendimento individualizado a esses alunos e no AEE também.

Já a deficiência mental ou intelectual se refere a problemas causados na mente que interferem na vida do aluno, podendo ser classificada como leve, moderada, severa e profunda, tem a ver com o funcionamento intelectual, significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas. A pessoa com superdotação intelectual possui desenvolvimento de uma habilidade muito superior à da média da população em alguma das áreas do conhecimento.

O CAP na sua fundação atendia, apenas deficientes físicos e intelectuais e com a disponibilização de salas, através do governo pôde abranger atendimentos por deficientes visuais e surdos. Vale ressaltar que o centro era uma escola especial na qual atendia alunos em tempo integral, logo após que deixou de ser escola e passou a ser Centro, atendendo, apenas no horário oposto que eles estejam matriculados no ensino regular.

Essa instituição é um centro de apoio pedagógico para pessoas com deficiência, atende pessoas surdas, com TEA (transtorno do espectro autista), superdotação, TGD (Transtorno global do desenvolvimento), Deficiência intelectual, alunos com Cegueira. Alunos que no contraturno estão matriculados no ensino regular, e no turno oposto como AEE “Atendimento Educacional Especializado”.

Mas com todas políticas públicas existentes sobre a educação especial, ainda é necessário a conscientização das pessoas sobre a educação especial do município, vendo que muitos alunos do município encontram muita dificuldade para ser assíduos no CAP, por falta de transporte, pelo fato de muitos deles residirem na zona rural e ter a dificuldade para a locomoção das suas residências até a Centro de Apoio, que muitas vezes não tem êxito, tendo baixa frequência e atrasos no desenvolvimento da aprendizagem.

Nas observações à instituição, o cenário o CAP tem acessibilidade para pessoas cegas contando com piso tátil nas áreas externas e internas. A Estrutura do CAP é composta por dois pavimentos, onde possui treze salas de aula e informática e uma sala dos professores. Além de possuir também sala da diretoria, secretaria, adaptação de material, sala de avaliação psicopedagógico e psicológica sala de recursos multifuncionais, sala de convivência, brinquedoteca, possui duas cozinhas, um refeitório, um depósito, um almoxarifado uma dispensa e dois banheiros que possuem adaptação de barras de ferro para a utilização de cadeirantes.

A estrutura encontra-se adequada para o atendimento, mas existe a dificuldade de locomoção de alunos cadeirantes para o segundo pavilhão pela ausência de elevador ou rapas, para facilitar o acesso.

Figura 1: Parque infantil em área externa do CAP



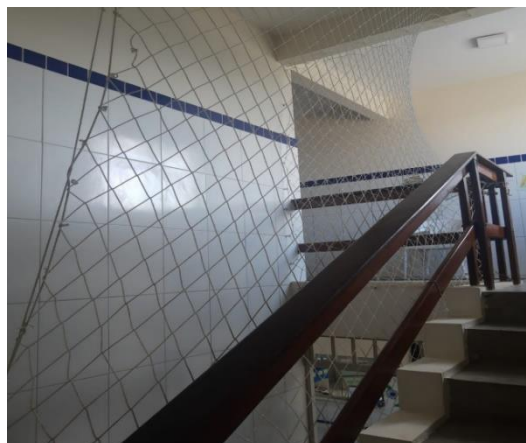
Figura 2: Corredor principal da instituição



Figura 3: Sala de convivência no 1º andar



Figura 4: escadas com rede de segurança



4.1 A Instituição e sua prática pedagógica

Nosella e Buffa (2006) aborda que os estudos da História das instituições privilegiam os aspectos intelectuais da escola como: a formação dos professores, a evolução do currículo, experiências pedagógicas, ideias, pensamentos, cultura escolar, etc.

No CAP, as práticas pedagógicas são construídas, através das necessidades de cada aluno, sendo realizado de forma individual, porém em tarefas em turmas, em atividades pensadas para todos do grupo, conduzidas de forma personalizada, também disponível ampla brinquedoteca para escolha dos professores e alunos.

Assim, o CAP, tem utilizado muito a produção de materiais, através da adaptação de materiais e também a tecnologia assistiva (TA), podendo estimular práticas sensoriais no AEE, que auxilia na realização de atividades exploradas no cotidiano do CAP. O CAP, vem conduzindo atividades que garanta, não só a inclusão educacional dos seus alunos, mas que eles tenham autonomia para se desenvolver em determinadas situações didáticas, através das atividades propostas, garantindo não só a inclusão educacional dos seus alunos, mas que eles tenham autonomia para se desenvolver em determinadas situações didáticas, através das atividades propostas.

Figura 5: Brinquedoteca



Figura 6: Jogos educativos



Figura 7: Painel de Apresentação do CAP



Figura 8: Brinquedos educativos



Os professores do CAP se esforçam nas adaptações de materiais e recursos pedagógicos, socialização e contato direto dos alunos com os profissionais que são capacitados para tais funções, formação continuada e qualificação especializada, para lidar com as diversas

deficiências que a instituição atende, respeitando as individualidades destes alunos. É válido pontuar que o atendimento é realizado de acordo com o plano individual do aluno.

A gente trabalha com aluno em prol de se desenvolver na escola comum, ele ter os subsídios, ele adquirir habilidades para poder, na escola comum, ele estudar em pé de igualdade, com os demais alunos (PROFA. ALEXANDRA).

O Centro de apoio pedagógico, segundo uma mãe de dois alunos “o CAP tem como principal objetivo tornar estes alunos autônomos, conseguindo realizar atividades do cotidiano com maior facilidade” (RAIMUNDA, Mãe de 2 alunos)

Nessa perspectiva, é necessário compreender os princípios que norteiam uma pedagogia que fortaleça um processo educacional voltado para inclusão de todos os sujeitos, com suas deficiências e especificidades de limitações físicas, dificuldades cognitivas e intelectuais, altas habilidades, deficiências que atingem a parte sensorial como a Cegueira e a surdez, que é habilitar os alunos e criar condições para que tenham a maior autonomia, com possibilidade de serem cidadãos de direitos.

Quanto a relação entre o CAP e a família, observa-se um alinhamento de interesses e vontade de que a educação e a autonomia de seus filhos sejam efetivas, “mesmo que alguns desses pais, ainda persistam numa resistência para aceitar a deficiência, ou seja, aceitar a condição do (a) filho (a)”, afirma a Diretora. Alguns pais demonstram satisfação com seus relatos, como Raimunda, que matriculou seus filhos no CAP,

Mudanças que ocorreram na vida deles e na minha também foram muitas, posso enumerar várias, meus meninos ficaram com mais autonomia, principalmente o que foi trabalhar, foi inserido no mercado de trabalho, através do CAP. Isso foi um marco na vida dele, uma diferença da “água para o vinho”, ele ficou muito bem, aprendeu muitas coisas. O outro também. Eu coloquei meus filhos em 2003. Era Escola em tempo integral, pela manhã e pela tarde. De lá pra cá, mudou muita coisa deixou de ser escola para ser um Centro de apoio, tanto que as crianças só ficam duas vezes por semana (RAIMUNDA, Mãe de 2 alunos).

Segundo a professora entrevistada,

É bom lembrar que esse AEE, você não vai encontrar o AEE aqui no CAP, você vai encontrar também o AEE na sala de recursos multifuncionais que fica dentro das unidades escolares. Encontramos o AEE, nas escolas estaduais e municipais também (PROF^o ALEXANDRA).

No processo de ensino aprendizagem, entre professor e aluno, no ensino regular é crucial que os professores entendam às especificidades do aluno. Pois, muitas vezes os alunos que são deficientes precisam de professores qualificados que entendam a sua condição. No momento das abordagens conteudistas, faz com que esse aluno não crie uma boa relação com e nem consiga acompanhar, provocando dificuldades em se desenvolver.

O AEE, pode auxiliar de forma positiva na vida do aluno, que possui algum tipo de deficiência, os professores do ensino regular, por si só não conseguem dar conta sozinhos pois, dentro de uma sala de aula possui uma diversidade de alunos. Então, faz com que este professor não consiga fazer o acompanhamento necessário, sendo assim, é notório pontuar que o CAP, constitui-se numa instituição especializada em prover a melhoria na qualidade de vida, ensino e aprendizagem, pois, vai trabalhar às individualidades de cada um, ou seja irá desenvolver procedimentos, metodologias, de acordo com as deficiências específicas.

4.2 O Atendimento Educacional Especializado - AEE

Durante muito tempo, alunos com deficiência foram segregados na sociedade, não tendo acesso a escolas regulares, perdendo um direito que é seu, porque o aluno tinha que se adaptar aos paradigmas da exclusão, que eram existentes nas escolas, mas com muita luta e resistência no contexto educacional, houve algumas mudanças para inserir estes alunos no ambiente educacional, posto isto vale salientar que o AEE, torna-se um meio importante para intermediar o ensino destes alunos, através disso, o CAP oferece a itinerância vai está intermediando o ensino aprendizagem do aluno.

A itinerância é o contato que o centro de apoio pedagógico tem com as escolas para entender as dificuldades de cada aluno, atualizando com frequência os planos educacionais individuais dos alunos, de acordo com seus avanços, dificuldades e necessidades de cada um.

No CAP, o AEE é realizado de forma lúdica e prazerosa, proporcionando liberdade e envolvimento dos alunos, para a realização de tais atividades, ambientes onde é evidenciado o comprometimento e dedicação, além de estar sempre se aperfeiçoando e oferecendo formações para professores que atuam no CAP.

O AEE busca identificar as necessidades de cada aluno, criar um planejamento amparado no Projeto Político pedagógico da Escola, produzir sempre materiais acessíveis e adaptados e a compra de ferramentas e demais recursos de apoio pedagógico e de acessibilidade

que elimine as barreiras e favoreça a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

As atividades no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substituídas à escolarização. Esse atendimento suplementa e complementa a formação dos estudantes com vistas a sua autonomia, com a utilização das salas de recursos multifuncionais (SRM). Para o ensino com deficiência visual, por exemplo é imprescindível o ensino do Sistema Braille, a adaptação de materiais táteis, o ensino do sorobã para os cálculos matemáticos, no atendimento de deficientes físicos, por exemplo têm-se as tecnologias assistivas necessários, entre outras atividades pedagógicas, etc.

A ideia não é de ser um reforço escolar, uma vez que os objetivos dos professores na AEE, não é ensinar os conteúdos ministrados nas classes comuns, mas auxiliar na eliminação de barreiras sociais.

Desta forma, no CAP o aluno aprende componentes que vão facilitar para sua inclusão, ou seja eles alunos não vão aprender português, matemática como no ensino regular e sim vai depender também do nível de aprendizagem do aluno e sua idade, por isso uma avaliação inicial deste aluno é importante. A contribuição do AEE, requer auxiliar estes alunos em suas dificuldades, podendo ter melhor interação social dentro do ambiente escolar e fora dele, se adaptando e conseguindo exercer atividades de rotina com uma maior facilidade.

O AEE (Atendimento educacional especializado) vem como forma de intermediar a relação do aluno com deficiências na sociedade, proporcionando a inclusão, como um todo. Vale ressaltar também que o AEE vai facilitar a interação destes alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi evidenciado na pesquisa que a fundação e memória da instituição vem contribuindo de forma significativa, não só para a população de Santo Antônio de Jesus, mas também para cidades circunvizinhas que adotou Santo Antônio de Jesus como Centro de Referência, atendendo e oferecendo educação inclusiva de qualidade a muitas famílias, facilitando o processo de adaptação, socialização e desenvolvimento dos deficientes locais, sendo necessário que a população possa conhecer e entender a importância e significado da instituição na educação e AEE de muitas deficiências.

Diante de lutas e exclusão da pessoa com deficiência é criada a lei brasileira de inclusão onde tem como objetivo a inclusão das pessoas com deficiência. Em 2015, Lei n

13.146, de 6 de julho de 2015, entre outros marcos, que buscam a acessibilidade destas pessoas podendo ter novas possibilidades de vida, podendo ter sua vida ativa perante a sociedade apesar de todos os obstáculos existentes, podendo ter algumas adaptações e recursos, além também de ter acessibilidade para a melhoria destas pessoas.

O CAP visa os direitos das pessoas com deficiências, fazendo com que estejam inseridos no meio social. As pessoas com deficiência vêm diariamente, lutando para que existam oportunidades, através das leis podendo ter acesso aos meus que deve acessar como cidadão, podendo garantir por lei a qualidade de direitos humanos.

Por fim, evidenciou-se que muitas deficiências, seja ela no campo das altas habilidades, superdotação e transtorno do espectro Autista, ainda é de certa forma desconhecida no âmbito social.

Neste íterim, torna-se de fundamental importância a reserva de investimentos educacionais voltados para Educação Inclusiva por parte do governo federal. O Centro de Apoio Aurélio Pires-CAP é um grande avanço neste sentido.

Assim sendo, é notório a necessidade de investimentos na formação continuada para a promoção de profissionais mais capacitados, aquisição de materiais pedagógicos especializados entre outros recursos, para que assim as leis e decretos promulgados até aqui, surtam o efeito esperado e que a inclusão de fato aconteça não somente na escola mais em outras intuições.

Com isso, deve-se enfatizar a importância da inclusão nestes ambientes de formação, não só educacionais, mas em toda a sociedade local, permitindo a inclusão destas pessoas, fazendo que, através da educação possibilite este processo. Pois são necessários a convivência e o pleno desenvolvimento dessas pessoas em seu meio social.

Por fim, através da história e memória do CAP, a educação especial de qualidade e inclusiva em prol de uma educação de acolhimento a realidade da diversidade, vem buscando ser uma realidade frequente do CAP, está sempre disposto e acolhendo, incluindo estes alunos, de certa forma, ainda se objetiva mais melhoria apesar de ter uma educação de excelência.

REFÊRENCIAS:

BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ensino de 1º Grau. Divisão de Assistência Pedagógica. **Educação Especial na Bahia**. Salvador, 1977, 107 p.

BRASIL. (2002). **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm.

CASADEI, E. B. (2010). Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Revista Espaço Acadêmico**, 9(108), 153-161. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9678>.

CRUZ, Cátia M. P. **Integração escolar do aluno com cegueira: da intenção à ação**. 2002. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Estadual de Feira de Santana. UEFS, Feira de Santana, Bahia, 200.

FERNANDES, Jomara Mendes et al. **Experiências na elaboração de um sinalario ilustrado de química em libras**. Experiências em Ensino de Ciências V.14, No.3, 2019.

FRANCISCO, Fernanda Pereira Santana. DAGUIEL, Fatima Gomes Nogueira. GARCIA, Aleksandra Debom. **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)**. Disponível em: http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/tecnologiaassistiva/Curso%20de%20Extens%C3%A3o%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20na%20perspectiva%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva%20estrat%C3%A9gias%20pedag%C3%B3gicas%20para%20favorecer%20a%20inclus%C3%A3o%20escolar/GARCIA_FRANCISCO_E_DAGUIEL_OK.pdf.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531150822.pdf.

KASSAR, Mônica. C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implementação de uma política nacional**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

KASSAR, Mônica. C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implementação de uma política nacional**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

LUSTOSA, Francisca Geny. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE OS APARATOS LEGAIS QUE GARANTEM OS DIREITOS EDUCACIONAIS DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**, 2020 PPGD/UFRJ – ISSN 2526-0464, p. 87-109. Disponível em: <https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2020/07/27989-96769-1-pb.pdf>.

MACHADO.R.T.S; SILVA.A.A.A. **Língua Brasileira de Sinais LIBRAS**. UNI-RN.2019.

MACHADO, ROSÂNGELA. **O atendimento educacional especializado (AEE) e sua repercussão na mudança das práticas pedagógicas, na perspectiva da educação inclusiva**: S.N, 2013.

NUNES, Clarice. **Memória e História da Educação: entre práticas e representações**. In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima (Org.). **História e Memória da Escola Nova**. São Paulo: Loyola, 2003.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: porque e como pesquisar.** Campinas: Editora Alinea, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Carol/Downloads/lcoutinho,+Res02_67%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Carol/Downloads/lcoutinho,+Res02_67%20(2).pdf).

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio, 1989.** Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf.

SANTOS, Maria K. C. dos. MENEZES, Aurelania M. de C. **Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para Surdos.** Id online Revista Multidisciplinar e de Psicologia, 2017, vol.11, n.38, p. 493-506. ISSN: 1981-1179.

STUMPF, 2005 FALCÃO, Luiz Albérico Barbosa. **Educação de Surdos: Ensaios pedagógicos.** Ed.do Autor. Recife, 2012.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade de Educação Bilíngue para surdos.** Mediação. Porto Alegre, 2015.

SANTANA, Cristiano Lima. SANTANA, Crislayne Lima. PEREIRA, Aline Grazielle Santos Soares. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS,** 2012. Disponível em: <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-010-021.pdf>.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar. /abr. 2009, p. 10-16.

SANTOS, Ademir. **As escolas que construímos: a história de instituições escolares na Revista Brasileira de História da Educação. DOSSIÊ • Rev. Bras. Hist. Educ.** 19 • 2019 (2001-2018), pág. 1-26.

RIBEIRO; Silva. **Trajetórias Escolares de Surdos: Entre Práticas Pedagógicas e Processos de Desenvolvimento Bicultural.** Psicologia Escolar e Desenvolvimento • Psic.: Teor. e Pesq. 33 2017.

YOUNG, M. F. D. (2007). **Para que servem as escolas?** Revista Educação e Sociedade, 28(101), 1287-1302. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400002>.